

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.710 - PR  
(2018/0260342-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : MANOEL DE PAULA**  
**EMBARGANTE : SIDERLENE APARECIDA ARAUJO DE PAULA**  
**ADVOGADOS : ENIVALDO TADEU CUNHA - PR029700B**  
**GUILHERME REGIO PEGORARO - PR034897**  
**EMBARGADO : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO**  
**BRASIL**  
**ADVOGADOS : JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985**  
**PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN - PR037007**  
**ANA PRISCILA FURST - PR047733**  
**DAIENE RODRIGUES SCHUPPEL - PR059252**

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por MANOEL DE PAULA e SIDERLENE APARECIDA ARAUJO DE PAULA em face da decisão de fls. 769-771 e-STJ, da lavra deste signatário, em que não foi conhecido o agravo em recurso especial manejado pelos ora insurgentes.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 774-778 e-STJ) os embargantes alegaram ausência de fundamentação da decisão singular.

Impugnação às fls. 782-794 e-STJ pleiteando pela aplicação de multa por recurso protelatório.

É o relatório. Decide-se.

Os presentes aclaratórios não comportam acolhimento.

1. Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada.

Citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: **EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; **EDcl no REsp 1597129/PR**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; **EDcl no AgRg na PET na Rcl 22.564/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, os embargantes não apontaram com qual seria a omissão ou contradição no *decisum* impugnado, limitando-se a afirmar que a fundamentação desse seria insuficiente.

Razão não lhes assiste, pois a decisão monocrática encontra-se devida e suficientemente fundamentada. Essencialmente, verificou-se a inadmissibilidade do agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto pelos ora embargantes, uma vez que essa insurgência não impugnada de modo específico os fundamentos da decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade do recurso especial.

Transcreve-se o excerto pertinente:

No caso em comento, a decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade fundamentou-se em: *(i)* não foi verificada negativa de prestação jurisdicional; *(ii)* incidência da Súmula 83/STJ, conforme precedentes citados, sendo o mais recente de abril de 2018.

Inconformados, interpuseram o presente agravo em recurso especial (fls. 652-667 e-STJ) em cujas razões recapitularam o histórico da demanda e aduziram, em síntese, que: *(i)* o acórdão recorrido negou vigência aos artigos artigos 189, 206, § 5º, I, 394 e 397 do Código Civil; *(ii)* o acórdão contrariou o entendimento jurisprudencial majoritário - e transcreveu ementas.

Deixou, portanto, de impugnar de modo específico os fundamentos da decisão agravada, inexistindo menção à inadmissão do apelo nobre pois não verificada negativa de prestação jurisdicional, além de ser insuficiente para impugnar aplicação da Súmula 83/STJ, a transcrição de ementas de julgados de outros Tribunais ou, ainda, de precedentes desta Corte anteriores àqueles trazidos pelo juízo prévio de admissibilidade.

Impositiva, portanto, a aplicação dos artigos 932, inc. III, do CPC/15 e, ainda, por analogia do óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, porquanto ausente ataque específico aos fundamentos da decisão monocrática agravada.

Assim, tendo a decisão embargada apresentado fundamentação clara e suficiente, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

No mais, alerta-se aos insurgentes que a oposição de novos aclaratórios com o mesmo conteúdo pode ensejar a aplicação de multa, nos termos do artigo 1.026, §2º, do CPC/15.

**2.** Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator